

COMISSÃO NACIONAL DO TERRITÓRIO
ATA DA 43.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 16 de dezembro de 2026

Hora de início: 14h30m

Hora de fim: 17h30m

Local: A reunião decorreu através de meios telemáticos

Estiveram presentes os seguintes representantes das entidades:

- Fernanda do Carmo, Diretora-Geral do Território e Presidente da Comissão Nacional do Território (CNT);
- José Pacheco, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve);
- Célia Ramos, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR Norte) e Secretária da CNT;
- Carlos Mendes, Diretor Nacional de Prevenção e Gestão de Riscos, da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC);

Não compareceram à reunião os representantes das seguintes entidades:

- Isabel Damasceno, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro);
- Teresa Almeida, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT);
- Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo);
- Nuno Banza, Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I.P. (ICNF);
- Rodrigo Dourado, em representação da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA);
- Inês Andrade, Vogal da Agência Portuguesa para o Ambiente I.P. (APA);
- Rui Solheiro, Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);

Estiveram ainda presentes os seguintes participantes convidados, sem direito a voto:

- Joana Bustorff, APA;
- Maria João Pinto, APA;
- Manuel Vieira, CCDR Algarve;
- Jorge Eusébio, CCDR Algarve;
- Lília Fidalgo, CCDR Alentejo;
- José Manuel Palaio, CCDR Alentejo;
- Manuel Mateus, CCDR Alentejo;
- Bruno Borges, CCDR Alentejo;
- Carlos Pina, CCDR LVT;
- Carla Velado, CCDR Centro;
- Nuno Mota, CCDR Norte;

- Maria Magalhães, CCDDR Norte;
- Teresa Leonardo, ICNF;
- Ana Seixas, DGT;
- Ana Antunes, DGT;
- Ana Sofia Rizzzone, DGT;
- Rosário Gaspar, DGT;
- Cristina Gusmão, DGT;
- Marta Rodrigues, DGT;

Ordem do dia

Ponto 1. Informações

Ponto 2. Documento Perguntas Frequentes (FAQ) para efeitos de aplicação dos artigos 72.º-B e 199.º do RJIGT – após reunião do GT IGT

Ponto 3. Balanço das atividades em curso - Dinâmica dos PDM; Revisão dos Modelos de Dados do PDM e da REN; Relatório com informação da Dinâmica dos PDM na PCGT; Nota Técnica- informação base implementação dos artigos 72.º-A e 72.º-B do RJIGT; Informação REN em formato vetorial; Relatório AUGI.

Ponto 1. Informações

A **Presidente** deu as boas-vindas aos participantes e informou que a reunião seria gravada para efeitos de elaboração da ata, sendo a gravação eliminada após a sua aprovação. Referiu que esta seria uma reunião de ponto de situação dos trabalhos em curso, sem assuntos a deliberar. Deu a palavra aos presentes para informações.

Célia Ramos, da CCDDR Norte, questionou a existência de consultas relativamente a processos de alteração legislativa nas áreas de interesse da CNT ou relativos à aprovação do PROT Norte.

A **Presidente** informou que não entraram novos pedidos para apreciação.

Ponto 2. Documento Perguntas Frequentes (FAQ) para efeitos de aplicação dos artigos 72.º-B e 199.º do RJIGT – após reunião do GT IGT

A **Presidente** informou que o documento de Perguntas Frequentes (FAQ), aprovado na última reunião da CNT (42.º RO), foi de imediato disponibilizado no site da CNT, informou ainda que foi ativado o Grupo de Trabalho para os Instrumentos de Gestão Territorial (GT IGT) para análise de algumas questões que ficaram pendentes, tendo sido trabalhadas com as CCDDR algumas melhorias do documento. Questionou os presentes quanto à necessidade de se avançar já para uma atualização das FAQ, manifestando a possibilidade de se aguardar um pouco mais pelo conhecimento que advirá da experiência de aplicação dos 72.º-A e 72.º-B do RJIGT, nesta data ainda reduzida.

Célia Ramos, da CCDDR Norte, referiu não concordar com uma das alterações propostas pelo GT IGT relativamente à eliminação da questão 4.2, tendo uma redação alternativa que irá propor. Informou que aquela CCDDR está a sustentar o levantamento da suspensão em função do andamento e estágio dos procedimentos de revisão dos PDM.

Carlos Pina, da CCDDR LVT, referiu que a alteração às FAQ deve ser publicada o mais rapidamente possível. Sugeriu que, em vez de um documento que se substitui, fossem colocadas online as perguntas, para que não haja dúvidas sobre as FAQ em vigor.

Maria João Pinto, da APA, identificou um aspeto a corrigir na redação de uma das propostas de alteração às FAQ, tendo ficado de enviar o seu contributo.

A **Presidente** referiu que não acompanha a proposta de eliminação do ponto 4.2 das FAQ aprovadas e que no seu entendimento, caso não se chegue a um consenso sobre a alteração a introduzir, é preferível deixar a interpretação atual. Mencionou que este ponto ainda tem a discussão em aberto no âmbito do GT IGT, aguardando-se a entrada de novos contributos.

Carlos Mendes, da ANEPC, sugeriu indicação da data e número da versão no documento FAQ.

Ponto 3. Balanço das atividades em curso - Dinâmica dos PDM; Revisão dos Modelos de Dados do PDM e da REN; Relatório com informação da Dinâmica dos PDM na PCGT; Nota Técnica- informação base implementação dos artigos 72.º-A e 72.º-B do RJIGT; Informação REN em formato vetorial; Relatório AUGI.

A **Presidente** informou que foram atualizados os modelos de monitorização da dinâmica dos PDM. Referiu que importa agora estabilizar uma prática de reporte e validação mensal dos dados. Recordou que está em curso a alteração do modelo de dados do PDM, a aprovar pela DGT, e que a sua adoção será fundamental para responder aos objetivos de digitalização e automatização que permitirão simplificar procedimentos e incrementar a disponibilização pública de informação geográfica. Referiu que a alteração ao modelo de dados da REN está igualmente em curso, estando incumbida à CNT a sua aprovação, e que foi já efetuado um primeiro levantamento da REN em formato vetorial, com tipologias, existente nas CCDR. Adiantou que está também em curso um levantamento da informação geográfica disponível, relevante para a aplicação dos artigos 72.º-A e 72.º-B do RJIGT. Por último, mencionou que vai iniciar-se a recolha de informação para a elaboração do Relatório das AUGI. Solicitou à equipa interna a apresentação da informação concreta sobre os assuntos mencionados supra.

Sofia Rizzone, da DGT, projetou o quadro com o ponto de situação da conformação dos PDM com as regras de classificação do solo a 30 de novembro, tendo por base a informação constante do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).

Célia Ramos, da CCDR Norte, apresentou um mapa mais detalhado para aquela região, com informação adicional sobre a dinâmica, tendo referido que o total de planos publicados ou com parecer final emitido totaliza 41 PDM. Entende que este mapa mostra, de uma forma mais profunda e detalhada, o ponto de situação real dos trabalhos. A **Presidente** esclareceu que o ponto de situação mensal reportado pela DGT tem conta os PDM publicados em DR e este reporte terá de manter-se. Acrescentou que é possível detalhar a informação respeitante ao grupo dos PDM em curso, distinguindo a fase em que se encontra, sobretudo, se já foi objeto de discussão pública e se a Administração já emitiu o seu último parecer. Este detalhe dependerá da informação que seja fornecida pelas CCDR.

Carlos Pina, da CCDR LVT, referiu que muitos PDM daquela região tramitam fora da PCGT, porque, quando se iniciaram, a referida plataforma estava em acertos. Sugeriu a elaboração de uma tabela comum, com informação relevante a partilhar, a preencher por cada CCDR. Sugeriu a introdução de algumas correções na monitorização apresentada pela DGT referente a 30 de novembro.

A **Presidente** apresentou o ponto de situação dos procedimentos de reclassificação do solo, nos termos dos artigos 72.º-A e 72.º-B. Partilhou, de seguida, o ponto de situação da adaptação dos PDM aos PRGI.

Sofia Rizzone, da DGT, apresentou o ponto de situação quanto ao levantamento sobre a informação disponível da REN por município, em formato vetorial e com tipologias delimitadas, referindo as fontes de informação. Acrescentou que o secretariado da CNT havia enviado um email, na véspera da reunião, a quatro das CCDR, solicitando o envio da informação em falta.

Célia Ramos, da CCDD Norte, referiu que aquela CCDD vai iniciar um exercício de delimitação da REN para a bacia do Douro, permitindo à Administração ter capacidade crítica relativamente a alguns dos sistemas desta restrição de utilidade pública.

A **Presidente** mostrou seguidamente a monitorização referente aos instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGFR). Recordou que a publicação das peças gráficas dos Programas Sub-regionais de Ação (PSA) referentes a componentes que introduzem condições e/ou restrições ao uso do solo (ex.: faixas de gestão de combustível, áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, têm de ser publicadas através do Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT), assegurando, desta forma, a sua disponibilização no SNIT.

Sofia Rizzone, da DGT, apresentou sumariamente o ponto de situação sobre o trabalho em curso referente aos modelos de dados da REN e do PDM. Referiu que foram solicitados contributos às CCDD, às Câmaras Municipais, através da ANMP, a várias empresas que trabalham neste setor, a associações e à academia. Informou que foram recebidos, até à data, 19 contributos. Apresentou, de seguida, as próximas etapas do desenvolvimento do trabalho, tendo referido que a DGT irá produzir um manual e promover um *webinar* para apoio ao processo de atualização dos modelos de dados. Esclareceu ainda que o modelo de dados é composto pelo catálogo de objetos, pelo catálogo de simbologia (não tendo este carácter obrigatório) e pela forma de estruturação dessa informação, sendo que o *plugin* ajudará a converter a informação para o novo modelo de dados.

A **Presidente** referiu que seria igualmente útil assegurar a realização, em articulação com as CCDD, de workshops/ações de capacitação com vista a apoiar as CM a utilizarem os novos modelos e a auscultar as suas sugestões, sendo este um contributo para facilitar a delimitação da REN e a elaboração dos PDM. Neste âmbito, referiu que irá encetar contacto com as CCDD e que deverá ser ativado o GT REN com vista a discutir as propostas que foram recebidas e tomar algumas decisões.

Célia Ramos, da CCDD Norte, manifestou reservas quanto à adoção destes novos modelos numa fase em que muitos municípios estão a terminar a revisão ou a adaptação dos seus PDM, alertando para o facto de que este procedimento poderá causar perturbações nos trabalhos em curso ou onerá-los. Referiu que, sem prejuízo do prosseguimento dos trabalhos, não se deve obrigar à adequação aos novos modelos.

A **Presidente** esclareceu que, tal como no passado, será tido em consideração a fase em que se encontra o PDM, sendo certo que a adoção dos novos modelos de dados facilitará o trabalho dos municípios e o exercício de planeamento e tornará mais disponível a informação para o cidadão.

Nuno David, da DGT, apresentou a compilação de informação geográfica referente a planos e programas setoriais e a SRUP que podem condicionar a aplicação dos artigos 72.º-A e 72.º-B do RJIGT, destacando limitações na obtenção da informação vetorial, nomeadamente quanto a terras de classe A1 e solos das classes A e B (RAN). Referiu ainda que, para a REN, alguns municípios não possuem dados vetoriais e que, relativamente às zonas de perigosidade do Regime de Prevenção de Acidentes Graves, a informação disponível em pontos não permite a análise.

A **Presidente** frisou que importa continuar a desenvolver este trabalho em articulação com outras entidades. Referiu que se trata de uma informação ainda incompleta. Recordou que, no caso das zonas de perigosidade de estabelecimentos abrangidos pelos Regimes de Prevenção de Acidentes Graves, importa que a APA complemente a informação com os limites exatos destas áreas. Adiantou ainda que há que confirmar com o ICNF os limites das áreas classificadas, entre outros aspetos que carecem de validação. Concluiu apelando a todas as entidades para que façam um esforço no sentido de que seja possível reunir a informação em falta.

Célia Ramos, da CCDD Norte, sugeriu priorizar este trabalho e que importa ter em conta a escala.

Maria João Pinto, da APA, referiu que a APA irá enviar a informação para o secretariado da CNT.

Passando ao último ponto **Ana Antunes**, da DGT, referiu que será efetuado um novo processo de monitorização, estando em curso a comunicação aos municípios para que reportem as suas AUGI na plataforma si-AUGI. Referiu

que o prazo para o fazerem termina em outubro de 2026, sendo que o relatório deverá estar concluído no início de 2027. Apresentou a plataforma si-AUGI. Apelou às CCDR à divulgação, junto dos municípios, deste pedido e respetivo cronograma.

A Presidente agradeceu a presença de todos e deu por concluída a reunião.

A Presidente da Comissão Nacional do Território

Fernanda do Carmo